



## **ATA DA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA**

*29 de maio 2008*

1 Às dez horas do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e oito, no Auditório do  
2 Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi  
3 realizada a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e  
4 Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído  
5 através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela  
6 Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23  
7 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia 29: BLOCO  
8 I: A questão alimentar no Brasil e no mundo: diagnóstico: 1) Abertura e Apresentação  
9 CONSEA: 10h – 10h20; 2) Debatedor - Ministério da Agricultura, Pecuária e  
10 Abastecimento: 10h20 – 10h35; 3) Debatedor – Ministério do Desenvolvimento Social  
11 e Combate à Fome: 10h35 – 10h50; 4) Debatedor – Action Aid/Rebrip - Celso Marcatto:  
12 10h50 – 11h05; 5) Debate em Plenária: 11h05 – 13h. INTERVALO – ALMOÇO – 13h  
13 às 14h. BLOCO II: A questão Alimentar no Brasil e no mundo: agenda de intervenção:  
14 1) Apresentação CONSEA: 14h – 14h20; 2) Debatedor – Ministério da Fazenda: 14h20  
15 – 14h35; 3) Debatedor – Ministério do Desenvolvimento Agrário: 14h35 – 14h50; 4)  
16 Debatedor – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – Francisco  
17 Menezes: 14h50 – 15h05; 5) Debate em Plenária: 15h05 – 16h20. BLOCO III: Debate  
18 sobre o Projeto de Lei da Alimentação Escolar: 16h20 – 17h30. A Plenária teve início  
19 com o presidente do CONSEA, Renato Maluf, cumprimentando e dando boas-vindas  
20 aos presentes. A Mesa foi composta pelo presidente do CONSEA, pelo Coordenador-  
21 Geral da Secretaria Executiva do CONSEA, Paulo Estevão Cavalcanti; pelos  
22 debatedores Arlete Sampaio, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à  
23 Fome; Sílvio Porto, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Celso  
24 Marcatto, da Action Aid/Rebrip. Renato Maluf esclareceu que a realização desta  
25 Plenária Extraordinária se deu pela necessidade de uma discussão sobre a atual  
26 conjuntura do mundo dos alimentos ou crise dos alimentos, especialmente no que se  
27 refere à Segurança Alimentar e Nutricional e ao Direito Humano à Alimentação. O  
28 Presidente do CONSEA apresentou a pauta, que foi aprovada por unanimidade.  
29 Informes da Presidência do CONSEA: i) Quanto à reunião do CONSEA, a ser realizada  
30 no dia 05 de setembro de 2008, em Recife, em comemoração ao centenário de Josué de  
31 Castro, informou que o Presidente da República, José Inácio Lula da Silva, foi  
32 convidado a participar da reunião e que em princípio o convite foi aceito pelo  
33 Presidente; ii) Informou que dia 28/05/2008 houve audiência com o Ministro José  
34 Gomes Temporão, do Ministério da Saúde, para a construção da Agenda da Saúde. E  
35 que provavelmente o Ministro esteja presente na Plenária do CONSEA, que será  
36 realizada em julho de 2008. Dando início à pauta, o Presidente do CONSEA, Renato  
37 Maluf apresentou o primeiro tema a ser discutido - Bloco I: A questão Alimentar no  
38 Brasil e no Mundo: Diagnóstico, com a apresentação do Documento Exposição de  
39 Motivos Sobre a Crise do Sistema Alimentar e Global – Minuta Planaria de 29/05/2008,  
40 Documento a ser apresentado ao Presidente da República, objetivando contribuir o



41 posicionamento do Governo Brasileiro durante a “Conferência de Alto Nível sobre  
42 Segurança Alimentar: Desafios das Mudanças Climáticas e da Bioenergia”, a ser  
43 realizada na cidade de Roma, nos dias 03 a 05 de junho de 2008, e em outros eventos  
44 correlatos. Renato Maluf falou inicialmente da necessidade de o CONSEA se posicionar  
45 e contribuir para o debate de maneira a fazer aparecer mais claramente os enfoques e  
46 perspectivas quanto à segurança ambiental, soberania alimentar e direito humano à  
47 alimentação. O Grupo de Trabalho nomeado pela Comissão Permanente de Segurança  
48 Alimentar e Desenvolvimento para preparar esta reunião concluiu que a melhor maneira  
49 de o CONSEA se posicionar, dada a exigüidade do tempo, seria tirar uma deliberação  
50 na forma de Exposição de Motivos mais objetiva, e se julgar conveniente, trabalhar  
51 mais a médio prazo com um Documento mais substantivo, com informações mais  
52 detalhadas. O CONSEA trabalhou nesta reunião tendo como referência a Exposição de  
53 Motivos nº. 2, de 14 de abril de 2008. O Documento pôs em pauta: 1) Crise do Modelo  
54 de Produção e Consumo de Alimentos: a) Busca caracterizar a crise do modelo global  
55 de produção e consumo de alimentos; os pontos de conformação do sistema alimentar;  
56 políticas adotadas por países avançados, especialmente União Européia e Estados  
57 Unidos; chama atenção ao fato de que o sistema alimentar global tem uma presença  
58 igualmente poderosa e determinante de um reduzido número de grandes corporações  
59 multinacionais nas várias dimensões do sistema em insumos, fertilizantes, sementes,  
60 distribuição, comércio, e processamento agroindustrial e exportação de produtos  
61 agroalimentares; b) Demonstra o despreparo da maioria dos países do ponto de vista  
62 institucional para lidar com a crise, desmonte de regulação de mercados e apoio à  
63 produção, de tal maneira que países com perfil institucional forte ficaram desarmados;  
64 c) Os acordos comerciais e internacionais. O Documento propõe que essa conjuntura  
65 está revelando que os termos em que as negociações comerciais vêm se dando,  
66 notadamente na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, se  
67 desatualizaram. Os países preparados para isso estão reagindo à crise e aperfeiçoando  
68 seus instrumentos de intervenção, regulação e apoio à produção. 2) Causas de Aumento  
69 dos Preços dos Alimentos: a) Elevação da demanda por alimentos, quebras de safras,  
70 destinação de grãos básicos para a produção de etanol; b) Mudanças climáticas, que  
71 podem afetar, em especial, as regiões mais pobres do Planeta; c) Elevação do preço do  
72 petróleo, contribuindo para a elevação do custo de produção agrícola, fertilizantes e  
73 transporte; d) Crescente mercantilização dos alimentos, tornando produtos alimentícios  
74 em artigos financeiros inseridos na especulação financeira internacional. 3) Situação da  
75 Crise no Brasil: a) Os impactos no Brasil têm sido atenuados devido à ampliação da  
76 produção, em decorrência da implementação de políticas públicas voltadas para a  
77 agricultura familiar, contudo o Documento está mostrando que por sermos um país  
78 integrado em termos alimentares internacionais, somos uma das peças desse sistema, e  
79 se realmente existe uma crise do modelo, estamos totalmente imersos nela; b) O  
80 Documento propõe que a crise do modelo no Brasil seja discutida, supondo que o  
81 problema seja insuficiência de oferta e propõe aumento da produção e revisão do papel  
82 do comércio internacional na construção do sistema alimentar brasileiro e internacional;  
83 c) O Documento refere-se também ao encarecimento do custo de vida e suas  
84 conseqüências. Os debatedores se manifestaram, sendo a Secretária Arlete Sampaio, do  
85 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, primeiro a se manifestar, que



86 após cumprimentar os presentes justificou a ausência do Ministro Patrus Ananias,  
87 esclarecendo que o mesmo teve que acompanhar o Presidente Lula em viagem ao Haiti  
88 e El Salvador. Sobre o Documento em questão, disse que será importante para  
89 impulsionar e induzir o Governo a discutir o tema e definir mecanismos que possam  
90 salvaguardar o Brasil da crítica situação em relação à alta dos preços de alimentos no  
91 mundo; e que o Brasil pode aproveitar a oportunidade da crise para fortalecer o sistema  
92 de segurança alimentar e nutricional no Brasil e produzir mais alimentos e fazer com  
93 que outros países do mundo desenvolvam, em particular a União Européia, subsídios na  
94 exportação de alimentos. Mencionou que dados de programas de transferência de renda  
95 desenvolvidos pelo MDS, como Bolsa Família e Benefício da Prestação Continuada,  
96 demonstram que 28% da extrema pobreza no Brasil já foram significativamente  
97 reduzidas. Disse que o debate posto é um debate maduro em relação às causas reais do  
98 fenômeno que está acontecendo no mundo e que vai contribuir para o Brasil encontrar  
99 alternativas para cumprir o seu papel com relação aos brasileiros e dar sua contribuição  
100 ao mundo em relação ao debate. Segundo a debatedora, o Brasil vive hoje um momento  
101 importante de crescimento econômico (elevação dos níveis de emprego, de renda das  
102 famílias, das políticas de transferência de renda e conseqüentemente da elevação do  
103 consumo), contudo há um sinal amarelo que demonstra que os níveis inflacionários do  
104 Brasil têm crescido nos últimos doze meses e que a inflação prevista para 2008 é de  
105 5,2%, e de alimentos e bebidas está prevista 12.62%, no mesmo período. O diagnóstico  
106 a ser extraído deste debate são algumas lições fundamentais para definir as políticas  
107 presentes e futuras como alta de preços de alimentos e a questão da crise imobiliária  
108 norte-americana, que põe por terra de maneira quase definida a falácia do mundo  
109 neoliberal de que o mercado se auto-regula. A grande lição a ser tirada ressalta a  
110 importância do papel do Estado como regulador de políticas e do próprio capital  
111 financeiro. Disse que o Brasil nunca investiu tanto em agricultura familiar como no  
112 último período e que diferentemente de antes, a preocupação do Governo tem que ser  
113 fazer uma reforma agrária efetiva, que sirva de fato como instrumento de produção de  
114 alimentos no nosso país. Reforçar programas como o PAA é fundamental para que  
115 possa se ampliar a produção e assegurar o acesso das pessoas à alimentação. Fazer com  
116 que a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB possa de fato reforçar ainda  
117 mais o seu papel como reguladora e como um organismo capaz de formar estoques e  
118 definir políticas no sentido da comercialização e de acesso da população aos alimentos.  
119 Regular a política de biocombustíveis no Brasil preservando a perspectiva de produção  
120 de alimentos. Também comentou que o Documento precisa de pequenos ajustes e que é  
121 um Documento importante para o debate. Ressaltou que o papel do CONSEA é  
122 extremamente relevante e como um organismo composto majoritariamente por  
123 representação da sociedade civil, tem o papel fundamental de contribuir para induzir o  
124 Governo a tomar determinadas posições. E acredita que o Governo está absolutamente  
125 aberto a tomá-las. E desejou que todos saíssem da reunião convencidos de que para o  
126 Brasil enfrentar a questão da fome e da pobreza é preciso fortalecer as políticas que já  
127 vêm sendo realizadas nos últimos anos, mas que é preciso ganhar ainda mais dimensão  
128 e fortalecimento nesse próximo período e no centro das preocupações para o  
129 fortalecimento do sistema de segurança alimentar e nutricional no Brasil, o que é grande  
130 desafio para o Governo. Na seqüência, o do Dr. Sílvio Porto, do Ministério da  
131 Agricultura, Pecuária e Abastecimento, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e



132 parabenizando o CONSEA, dizendo ser este um fórum onde se tem conseguido fazer  
133 grandes discussões dentro do Governo. Interpretando o Documento, no que concerne à  
134 crise de alimentos, pôs em pauta que o que está acontecendo é uma discussão ou crise  
135 de modelo ou uma questão de indisponibilidade de alimentos. Disse que trazer o desafio  
136 de tentar interpretar a chamada crise dos alimentos é uma iniciativa a ser valorizada e  
137 tentar definir estratégias nacionais de cooperação com outros países no sentido de tentar  
138 resolver a crise, que traz enorme impacto, sobretudo, às populações de baixa renda.  
139 Mencionou que a partir dos anos 80 começou-se a perceber um enfoque onde o  
140 neoliberalismo assume de fato uma hegemonia do pensamento único. Nos anos 90 se  
141 percebeu o desmonte do Estado Nacional em nível de mundo a partir de uma relação  
142 forte com organismos multilaterais que impuseram isso, o que considera elementos  
143 importantes em relação à idéia de liberalização comercial e desregulamentação dos  
144 mercados. Considera que aliado à indisponibilidade alimentos, os Estados Nacionais são  
145 incapazes de fazer intervenções, e os que são capazes talvez não tenham os  
146 instrumentos necessários para dar qualquer efetividade a uma política ou a uma reação  
147 que seja de curto ou médio prazo. Comentou que na Revolução Verde, nos anos 70,  
148 começou haver uma grande mudança no enfoque da agricultura, quando esta deixou de  
149 ser uma agricultura onde os agricultores possuíam autonomia e passaram a ser  
150 dependentes de uma relação externa, sobretudo, no campo das sementes, fertilizantes e  
151 agrotóxicos, elementos cruciais que fizeram com que nós chegássemos a um nível de  
152 vulnerabilidade, onde as grandes corporações detêm relação de poder, financiam,  
153 compram e armazenam as safras, e têm poder de transporte e manipulação na relação  
154 dos mercados. O Dr. Sílvio Porto disse preferir ficar com a tese de que o que está  
155 acontecendo é uma crise de modelo. Ressaltou que alguns componentes levaram à crise,  
156 como elevação da demanda, quebra de safra, produção do Etanol e aumento do preço do  
157 petróleo. Falou que se não se conseguir de fato ter profundidade do diagnóstico, poderá  
158 se estabelecer estratégias e táticas que sejam equivocadas no médio e longo prazo em  
159 relação a uma mudança efetiva desse modelo estruturado ao longo das últimas décadas.  
160 Um outro elemento que considerou importante é o que chamou de trágica redução dos  
161 hábitos alimentares, acontecida pela adoção de práticas agrícolas que fizeram com que o  
162 conhecimento popular dos agricultores fosse desprezado. Mencionou que a crise traz  
163 reflexões que pode apontar para uma inflexão do modelo, não só na perspectiva de  
164 quebra de monopólio, mas também na questão dos fertilizantes, fazendo com que, por  
165 exemplo, a Petrobrás entre na produção de insumos, explorando as jazidas de fósforo  
166 que têm no Brasil, o que são receitas ou formas de tentar resolver a crise, mas não  
167 resolve a questão do modelo. E que efetivamente há que se repensar o nosso processo  
168 de produção da ciência e da tecnologia. Quanto à reestruturação da capacidade do  
169 Estado, considera que o CONSEA resgata a proposta da Política Nacional de  
170 Abastecimento Agroalimentar, aprovada em final de 2005. Se a tese vencedora é de que  
171 é apenas uma mera indisponibilidade alimentar, seguramente o mercado continuará  
172 sendo a pauta e o orientador da política, e não política a orientadora do mercado e do  
173 Estado como um processo de capacidade de intervenção e de regulação. Considerou que  
174 as propostas colocadas possam fazer com que na questão da alimentação escolar, haja a  
175 possibilidade de os Estados e municípios fazerem compras sem licitação nos moldes do  
176 PAA, o que permite se criar boas referências no sentido de dialogar com essa realidade  
177 ou com as diferentes realidades no âmbito do País e, seguramente, uma boa referência



178 para os países da América Latina, Caribe e África. Fazer uma reanálise da  
179 indisponibilidade de terras pode traduzir um enfoque ou fazer uma reafirmação do  
180 modelo agroexportador e uma afirmação do modelo monocultor, o que considera não  
181 ser dessa forma que conseguiremos resolver essa crise. Na seqüência, a palavra foi  
182 franqueada ao Dr. Celso Marcatto, da Action Aid/Rebrip, que agradeceu ao CONSEA  
183 por estar participando desta reunião. Começou sua fala dando um panorama  
184 internacional de como vê a questão dizendo que a média dos preços nos últimos 36  
185 meses, de acordo com o Banco Mundial, teve um aumento de 83%. Segundo o mesmo,  
186 o aumento da demanda por alimentos na China, Índia, Brasil e muitos outros países e a  
187 questão da mudança dos hábitos alimentares realmente são possíveis de serem  
188 identificados. Disse que apesar de o mundo estar produzindo mais alimentos, o aumento  
189 não está acompanhando a elevação da demanda. De acordo com dados da FAO, dos 37  
190 países que estão em crise séria relacionada a acesso a alimentos, 22 sofreram com  
191 problemas climáticos nos últimos meses. De acordo com o Banco Mundial, o aumento  
192 do preço do petróleo implicou em aumento de 15% no custo de produção dos produtos  
193 agrícolas. Segundo o debatedor, tanto a produção de milho quanto a produção de cana-  
194 de-açúcar para a produção de Etanol causam impactos importantes na produção de  
195 alimentos no Brasil e no mundo. A expansão dos agrocombustíveis da forma como está  
196 sendo colocada no Brasil está tendo e vai ter impactos. Dados do IBGE informam que  
197 São Paulo, em 2006, reduziu a área plantada de alimentos e aumentou a área plantada de  
198 soja; e o preço de terra, na mesa cidade, está aumentando. Tudo isso tem impactos no  
199 mercado, na alimentação e na segurança alimentar. Informou que em alguns países a  
200 produção de alimentos tem sido dramaticamente afetada em função de acordos  
201 comerciais e programas de ajustes estruturais. Alguns países, principalmente da Ásia e  
202 da África, aconselhados por instituições financeiras internacionais, fizeram ajustes  
203 violentos nas suas estruturas, reduzindo o papel do Estado e desmantelando todo o  
204 sistema que tinham de pesquisa e de extensão, retirando o apoio à agricultura e  
205 agricultura familiar e começaram a investir em commodities como forma de equilibrar a  
206 balança de pagamentos, contando com importação de alimentos para suprir a eventual  
207 demanda. Esses países estão sofrendo violentamente com a crise, pois não têm margem  
208 de manobra e estão nas mãos do mercado. Deu alguns exemplos de países com  
209 problemas internos de produção de alimentos. Contudo, na visão do debatedor, nem  
210 todos os países estão sofrendo a crise da mesma forma. Disse que o Brasil está numa  
211 situação muito interessante, comparada a outros países, porque ele construiu políticas  
212 sociais e acolheu a agricultura familiar, que é responsável, de acordo com o Ministério  
213 do Desenvolvimento Agrário, por 70% dos alimentos consumidos internamente. Quanto  
214 às transnacionais, disse estar nas mãos de um punhado de organizações extremamente  
215 poderosas. As transnacionais controlam grande parte da cadeia de produção,  
216 beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas do Brasil. A questão do  
217 controle que as grandes empresas têm sobre a produção, beneficiamento e  
218 comercialização de alimentos pode afetar violentamente a segurança alimentar e a  
219 soberania alimentar dos países. Considera que não tem nada que indique que essa crise é  
220 passageira. A crise está relacionada ao modelo de produção e consumo que nós temos  
221 no Brasil, modelo baseado no agronegócio, na produção e exportação de commodities;  
222 ele não é um modelo que cria alimentos, mas sim mercadorias, o que gera grande medo  
223 de algumas discussões que já estão acontecendo. Segundo o Dr. Celso Marcatto, a



224 Revolução Verde concentra terras, meios de produção e renda, ela não é escala neutra e  
225 não foi feita para a agricultura familiar, e o resultado dela não é segurança alimentar,  
226 mas sim produção de commodities. Disse também que o Brasil está numa situação  
227 bastante tranqüila, comparado a outros países, contudo não está imune à crise, que já  
228 nos afetou. Falou que segundo dados da ONU hoje são 950 milhões de famintos no  
229 mundo. Após explanação por parte dos debatedores da Mesa, a palavra foi aberta à  
230 Plenária, que se manifestou acerca do assunto, dando sugestões de redução e acréscimo  
231 ao Documento apresentado. Dando início aos trabalhos da tarde, Renato Maluf, antes de  
232 entrar no assunto em pauta: BLOCO II: A questão Alimentar no Brasil e no mundo:  
233 agenda de intervenção, passou a palavra à Conselheira Elisabetta Recine, da Ação  
234 Brasileira pelo Direito Humano e Alimentação Adequada – ABRANDH, que sugeriu ao  
235 Plenário que aprovasse pedido de esclarecimentos à coordenação do Grupo de Trabalho  
236 Interministerial de quais providências foram tomadas a respeito da febre beribéri, no  
237 Maranhão, onde famílias estariam se alimentando com arroz contaminado, arroz este  
238 que deveria ser trocado, pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, por  
239 arroz saudável. Renato Maluf, disse que no dia 28/05/2008, em audiência com o  
240 Ministro José Gomes Temporão, do Ministério da Saúde, o assunto apareceu. E o  
241 CONSEA solicitou ao Gabinete do Ministro informações sobre o andamento do  
242 assunto. A Mesa foi composta pelo presidente do CONSEA, Renato Maluf, pelo  
243 Coordenador-Geral da Secretaria Executiva do CONSEA, Paulo Estevão Cavalcanti;  
244 pelos debatedores: Secretário Onaur Ruano, do Ministério do Desenvolvimento Social e  
245 Combate à Fome; Aloísio Lopes Pereira de Melo, do Ministério da Fazenda; Adoniran  
246 Sanches Peraci, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Francisco Antonio da  
247 Fonseca Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. O  
248 presidente do CONSEA lembrou: i) Que na parte da manhã o diagnóstico do  
249 Documento provocou um debate que ratificou a idéia de estar frente a uma crise de  
250 dimensões maiores do que uma crise conjuntural, e que elementos do próprio modelo  
251 estão em questão, e que ninguém negou que existe uma manifestação mais imediata  
252 dela na forma de uma elevação de preços dos alimentos que tem implicações imediatas,  
253 sobretudo nas famílias de menor renda e nos países mais fragilizados; ii) Que a  
254 Exposição de Motivos pretende fazer proposições que se desdobram no diagnóstico  
255 anterior, e que a gravidade e profundidade da atual crise sugira ou exija que se pense em  
256 propostas e efeito imediato, de modo coordenado com a revisão de estratégias de médio  
257 e longo prazo e iniciativas que façam jus às responsabilidades internas e internacionais  
258 do Brasil; iii) O Documento procura destacar a recuperação da capacidade reguladora  
259 do Estado. Renato Maluf fez observações ao Documento e sugeriu alterações em alguns  
260 pontos do mesmo. Na seqüência, a palavra foi dada a Aloísio Lopes Pereira de Melo, do  
261 Ministério da Fazenda, que destacou (...). Discorreu também sobre o tema Adoniran  
262 Sanches Peraci, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (...). O próximo a se  
263 manifesta foi o Conselheiro Francisco Antonio da Fonseca Menezes, representando o  
264 IBASE, que começou falando da discussão da crise alimentar no Brasil e no mundo.  
265 Segundo o relator, negócios com comida não é a via para encontrar os caminhos para  
266 solução ou para o enfrentamento da crise. Falou também da necessidade e o papel do  
267 Estado à frente da defesa desse princípio, sobretudo nesse momento adverso. Falou de  
268 um aspecto que considera importante, que o Brasil, talvez algo que o diferencie,  
269 colocando-o numa posição privilegiada diante dessa situação de ameaça é a existência



270 de um marco regulatório que estabeleça uma determinada institucionalidade, que  
271 podemos não tê-la construída, mas que poderemos acelerar a construção e a efetivação  
272 disso nesse momento de crise. E reafirmou a necessidade de o CONSEA, enquanto  
273 representação de composição do Governo e Sociedade Civil, interferir no assunto, visto  
274 que tem legitimidade para tanto. Um outro aspecto mencionado pelo debatedor foi a  
275 questão do enfrentamento da crise por parte do Estado, que considera que medidas  
276 devem ser identificadas e tomadas em curto, médio e longo prazo. Tanto o Documento  
277 quanto os expositores vislumbraram a possibilidade de revisão da Exposição de Motivos  
278 e a importância de formação de estoques públicos de alimentos. Entendeu ser  
279 interessante se colocar no Documento a afirmação do mecanismo de Política de  
280 Garantia de Preços Mínimos - PGPM voltada para a agricultura familiar. Mencionou a  
281 Alimentação Escolar, um programa importante de reposição de alimentos a todos  
282 aqueles em situação frágil, algo acima de 42 milhões de pessoas. Contudo há notícias  
283 das dificuldades que começa a ter a Alimentação Escolar com o aumento dos preços.  
284 Falou também em correção do valor do per capita de forma a poder enfrentar a perda da  
285 capacidade de aquisição dos alimentos e lembrou que isso possibilita o enfrentamento  
286 de uma situação de vulnerabilidade de faixas etárias, que precisa de uma particular  
287 atenção; e fortalecer os instrumentos de apoio à agricultura de base familiar. Comentou  
288 sobre o ponto 5 do Documento, e falou em estabelecer uma efetiva regulação sobre a  
289 expansão das monoculturas dirigidas para produção de biocombustíveis no sentido de se  
290 vedar o financiamento público. Concluiu sua fala mencionando o item 6 do Documento,  
291 propondo que não seja uma proposta de agilizar a implantação do SISAN, mas de  
292 afirmação do papel do Estado. A palavra foi devolvida a Renato Maluf, que agradeceu  
293 aos debatedores pelas contribuições, e passou a palavra à Plenária para que fizesse  
294 considerações a respeito do Documento e solicitou que apresentassem sugestões para a  
295 formulação de proposições; e também que os autores as encaminhassem à Carmem  
296 Priscila Bocchi, Assessora Técnica do CONSEA, para incorporação das mesmas ao  
297 texto original. O Presidente do CONSEA comentou que quanto à questão do papel do  
298 Estado e à construção do sistema, o que estava sendo sugerindo era parte de uma  
299 Política Nacional de Segurança Ambiental que tem que ser construída. A Conselheira  
300 Marília Mendonça Leão, da ABRANDH, sugeriu que o CONSEA edite um Documento  
301 com todas as falas dos palestrantes, o que considerou uma contribuição importante que  
302 o CONSEA daria ao debate. Como deliberação, a proposta aprovada pela Plenária foi  
303 que a presidência do CONSEA sintetizasse a Exposição de Motivos e as propostas  
304 apresentadas em um Documento de duas páginas, o qual seria divulgado na imprensa,  
305 apresentado em Roma e enviado ao Presidente da República; e até a próxima Plenária  
306 do CONSEA será trabalhada uma versão completa do mesmo Documento, o qual  
307 circulará entre os Conselheiros para análise e compreensão de todos. O ponto seguinte  
308 da pauta a ser analisado foi - BLOCO III: Debate sobre o Projeto de Lei da Alimentação  
309 Escolar. Renato Maluf lembrou alguns pontos do tema: i) O assunto começou a ser  
310 tratado na última Plenária, quando foi apresentado o conteúdo do Projeto de Lei e feito  
311 encaminhamento legislativo, momento em que esteve presente o Deputado Nazareno  
312 Fonteles, PT/PI; ii) Quando da reunião Plenária anterior, abriu-se um debate e concluiu-  
313 se que seria necessário um pouco mais de tempo para retomar algumas questões, por  
314 isso foi reservado um tempo nesta Plenária; iii) Questões que ficaram pendentes:  
315 conteúdo do Projeto de Lei e mobilização em torno do mesmo (acompanhamento da



## Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  **ONSEA**

316 tramitação e divulgação do tema); iv) Realização de uma videoconferência com os  
317 CONSEAs Estaduais. A palavra foi franqueada à Conselheira Albaneide Peixinho,  
318 Representante do Ministério da Educação e Cultura, que informou que dos Partidos  
319 Políticos indicados para compor a Comissão para discutir o assunto, alguns não  
320 indicaram seus representantes, por isso a lei não poderá começar a tramitar em lugar  
321 nenhum, ou seja, o projeto está parado. Esse relato foi obtido no dia com 28 de maio de  
322 2008, do Deputado Nazareno, que está acompanhando o processo. A Conselheira  
323 Gleyse Maria Couto Peiter sugeriu uma mobilização vai Internet na página do  
324 CONSEA e nas páginas das entidades presentes no CONSEA (abaixo-assinado  
325 eletrônico) para encaminhar à Câmara dos Deputados, visando conseguir apoio para  
326 formar a Comissão e começar a análise do Projeto. A Conselheira Albaneide Peixinho  
327 esclareceu que do ponto de vista do Governo estão sendo tomadas atitudes entendidas  
328 como prioridades para que se aprove o Projeto de Lei da Alimentação Escolar, contudo  
329 cabe também ao CONSEA e à Sociedade Civil estimularem seus segmentos a discutir o  
330 Projeto e tentarem viabilizar essa discussão no Congresso Nacional. A palavra foi  
331 devolvida ao Presidente do CONSEA, que deu os seguintes encaminhamentos e  
332 informações: i) Haverá uma reunião dia 11/06/2008, em Brasília, organizada pelo  
333 Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, para o qual foram convidados  
334 Renato Maluf e FNDE (para debater o Projeto de Lei da Alimentação Escolar); ii) Na  
335 próxima reunião da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional será  
336 discutido o tema do PL da Alimentação Escolar; iii) Foi feita uma proposta de um  
337 abaixo-assinado eletrônico, a ser produzido pela Secretaria do CONSEA; iv) O  
338 encaminhamento do PL deve ser via Presidência da República, visando chegar ao  
339 Congresso Nacional; v) O Gabinete do Presidente da República marcou uma pré-agenda  
340 com a presidência do CONSEA, marcada para o dia 26 de junho de 2008; vi)  
341 Videoconferência com os CONSEAs Estaduais, visando ser um instrumento de  
342 discussão, difusão e publicização da Alimentação Escolar. Os encaminhamentos acima  
343 foram aprovados em Plenária. Encerramento dos trabalhos do dia 29/05/2008.

Brasília, 29 de maio de 2008.

Renato S. Maluf  
Presidente

Patrus Ananias  
Secretário

344



**LISTA DE PRESENÇA DA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA**

**DATA: 29 de maio de 2008**

- 1 **SOCIEDADE CIVIL**
- 2 Aldemar Bertucci
- 3 Aldenora Pereira da Silva
- 4 Altemir Tortelli
- 5 Antonio Ricardo Domingos da Costa
- 6 Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
- 7 Elda Regina Leite Galvão de Ávila
- 8 Elza Maria Franco Braga
- 9 Francisco Antonio da Fonseca Menezes
- 10 Gleyse Maria Couto Peiter
- 11 Irio Luiz Conti
- 12 Luciene Burlandy Campos de Alcântara
- 13 Luis Silva
- 14 Malaquias Batista Filho
- 15 Marília Leão
- 16 Naidison de Quintelle Baptista
- 17 Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
- 18 Rui Ricard da Luz
- 19 Sílvia do Amaral do Rigon
- 20 Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
- 21 Ubiraci Dantas de Oliveira
- 22
- 23 **SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL**
- 24 Delzi Maria de Araújo Castro
- 25 Dulce Terezinha da Cunha
- 26 Edécio Vigna
- 27 Elisabeta Recine
- 28 Pedro Monteiro Torres Neto
- 29 Ronaldo Carneiro de Sousa
- 30 Sônia Cleide Ferreira da Silva
- 31 Werner Fuchs
- 32
- 33 **REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL**
- 34 Ministério da Educação e Cultura - Albaneide Peixinho
- 35 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Arlete Sampaio
- 36
- 37 **REPRESENTANTES DOS MINISTROS**
- 38 Ministério da Integração Nacional - Dorotea Blos
- 39 Ministério das Cidades – Sônia Lúcia dos Reis Alves
- 40 Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Onaur Ruano



- 41 Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Mariana Bertol Carpedezzi  
42 Secretaria-Geral da Presidência da República – Antônio Roberto Lambertucci  
43 Ministério da Fazenda – Aloísio Lopes Pereira de Melo  
44 Ministério da Saúde – Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos  
45 Ministério do Trabalho e Emprego – Ivando Pinto Silva  
46 Ministério das Relações Exteriores – Milton Rondó Filho

47

48 **OBSERVADORES**

- 49 Assessoria Especial da RR – Selvino Heck  
50 CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Roseli  
51 Andrade  
52 SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Danile Kluppel Carrara  
53 OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde – Michelle Lessa  
54 CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social – Edna Aparecida Alegro

55

56 **CONVIDADOS**

- 57 Ary Paliano – Chapecó/SC  
58 Fátima Cassanti  
59 Iara Monteiro  
60 Frederico Guanais – MDS/GM  
61 João Freitas  
62 Jussara Sousa  
63 Kamila Thabita Alves da Silva  
64 Luiz Vicente Facco  
65 Márcio Carvalho  
66 Marco Aurélio Loureiro  
67 Manduca Tavares Neto  
68 Maria de Fátima Carvalho  
69 Maria Madalena Izoton – CONAB/BSB  
70 Mirlane Guimarães – MDS/SESAN  
71 Nilson Figueiredo Filho  
72 Pedro Bavaresco  
73 Plínio de Ásis Júnior  
74 Rafael Curado Fleury  
75 Rafael Costa Cedro  
76 Regina M. V. C. Oliveira – CFN/RJ  
77 Sheyla M. Silva Juruna – Altamira/PA  
78 Sílvio Porto  
79 Sônia M. G. Carvalho – MDS/SAIP  
80 Thaís Franceschini  
81 Valeria Burity – ABRANDH